



<http://dx.doi.org/10.30681/issn23163933v26n01/2019p257-294>

## AMBIGUIDADE ESCALAR: UM PROCESSO DE ATIVAÇÃO DE FRAMES E DE ESPECIFICAÇÃO SEMÂNTICA

\*\*\*

## SCALE AMBIGUITY: A FRAME ACTIVATION AND A SEMANTIC ESPECIFICATION PROCESS

Alice Ribeiro Dionizio<sup>1</sup>  
 Morgana Fabiola Cambrussi<sup>2</sup>

**Data de recebimento:** 10/04/2019

**Data de aceite:** 15/05/2019

**RESUMO:** Este trabalho investiga o processo interpretativo e de (não)identificação de ambiguidade em sentenças relativas estruturalmente ambíguas à luz da Semântica de Frames. Além de descrever e de analisar o processo interpretativo dessas sentenças, este estudo objetiva construir escalas de ambiguidade. A metodologia empregada leva em consideração resultados de testes que avaliam o julgamento de falantes; esses julgamentos orientam a construção das escalas, que sintetizam os graus de ambiguidade. Os resultados apontam para uma não identificação de ambiguidade pelos falantes, ainda que tenham sido julgadas sentenças estruturalmente ambíguas. Essa avaliação linguística (uma especificação semântica) pode ser entendida como efeito de uma evocação de *frames* a partir da semântica de formas linguísticas específicas, como verbos, substantivos; ou ainda, os *frames* podem ser evocados a partir do repertório do próprio falante.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ambiguidade estrutural; Semântica de Frames; Escalas de ambiguidade; Especificação semântica; Ativação de *frames*.

**ABSTRACT:** This paper investigates the process of interpretation and non-identification of ambiguities in relative sentences, which are structurally ambiguous according to the theoretical framework of Frame Semantics. Beyond the description and the analysis of the interpretative process related to such sentences, this study aim at developing scales of ambiguity. The method employed takes into consideration tests that measure the speaker's evaluation based on different degrees of ambiguity, and the results obtained are used to define the aforementioned scales of ambiguity. The results indicate that speakers did not identify the ambiguities presented despite the fact that structurally ambiguous sentences had been evaluated. Such linguistic evaluation (one of semantic specification) can be perceived as an effect of a frame evocation from semantically-specific linguistic forms such as verbs, nouns or frames, which can be evoked by the speaker.

**KEYWORDS:** Structural ambiguity; Frame Semantics; Ambiguity scales; Semantic specification; Frame activation.

### 1 Introdução

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Linguísticos (UFFS/2019), Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus de Rolante.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística (UFSC/2009), na área de Teoria e Análise Linguística, subárea de semântica lexical. Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul. Pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL-UFFS) e ao Grupo de Pesquisa Estudos Gramaticais e Lexicais.





---

Este artigo investiga o processo de desambiguação de sentenças estruturalmente ambíguas operado por falantes cujos julgamentos semânticos foram coletados por Dionizio et al. (2016)<sup>3</sup>. Nosso estudo sustenta que a ativação de *frames* pode ter resultado em uma (não)identificação de ambiguidade nas sentenças apresentadas no questionário de julgamento (doravante QJ). Para representar esse processo de desambiguação e demonstrar o *continuum* dos julgamentos de ambiguidade, o trabalho lança mão da construção de escalas de ambiguidade, com base em seis sentenças utilizadas no QJ e analisadas a partir de pares comparativos. Essas escalas são descritas à luz da Semântica de Frames (doravante SF (FILLMORE, 1982)).

Nosso estudo considera ser possível estabelecer uma relação entre o processo de (não)identificação de ambiguidade em sentenças relativas estruturalmente ambíguas e a ativação de *frames* pelos falantes. Com base nisso, nossa hipótese é a de que a expressiva porcentagem de escolha por determinados antecedentes indicaria que um conjunto de sentenças estruturalmente ambíguas não teria sido interpretado desse modo pelos falantes, que seriam semanticamente guiados pela ativação de *frames* em uma leitura gradual, identificando maior ou menor ambiguidade estrutural, o que nos permitiria perceber escalas gradativas de ambiguidade entre as sentenças nesse contexto de julgamento controlado dos falantes.

---

<sup>3</sup> A pesquisa prévia a qual nos referimos foi realizada como iniciação científica, intitulada “Processamento de sentenças relativas ambíguas no PB”, realizada de 2015 a 2016, sob a orientação de Aline Peixoto Gravina e Ani Carla Marquesan. Nesse estudo de Dionizio et al. (2016), aplicou-se um questionário de julgamento de sentenças estruturalmente ambíguas, cujos resultados apontaram as interpretações dadas pelos participantes. No trabalho atual, utilizaremos um recorte dessas sentenças e seus resultados para a constituição do *corpus*.



---

Além da noção de *frames*, também mobilizaremos fenômenos envolvidos no processamento de sentenças ambíguas – apoiados em Cuetos e Mitchell (1988), Ribeiro (2005) e Finger e Zimmer (2005). Ainda, nosso objeto de discussão envolve a interpretação de sentenças como (1), relativas estruturalmente ambíguas, por isso, retomaremos os processos de relativização no PB, descritos por Tarallo (1983), Kato (1993), Kato e Nunes (2007, 2014) e outros.

(1) Alguém atirou contra a empregada da atriz [que estava na varanda]<sup>4</sup>.

A sentença relativa encaixada destacada, introduzida pelo pronome relativo *que*, pode estabelecer correferência com qualquer um dos dois núcleos nominais da sentença matriz, do que resulta a ambiguidade estrutural: (i) a **empregada** da atriz estava na varanda ou (ii) a **atriz** estava na varanda.

O processo de interpretação de sentenças relativas ambíguas foi, e ainda é, uma das preocupações mais intensas da subárea de processamento de sentenças, investigada pela psicolinguística, mas ainda se podem agregar esforços na descrição desse fenômeno linguístico com a identificação de quais componentes semânticos poderiam interferir no processamento, pois, mesmo diante de sentenças que apresentam uma estrutura característica de relativas ambíguas, a maior parte dos falantes pesquisados parece não as ter interpretado desse modo, a julgar pelos altos índices percentuais de preferência por um dos antecedentes nominais, em favor da desambiguação.

---

<sup>4</sup> Sentença canônica nos estudos de processamento de sentenças, utilizada inicialmente por Cuetos e Mitchell (1988) e reaplicada por Ribeiro (2005) em estudos relativos ao PB.



## 2 A ativação de frames

A noção de *frame*, segundo Fillmore (1982), engloba um sistema de conceitos relacionáveis, no qual a compreensão de uma unidade conceitual é resultado do encadeamento de unidades menores intermediárias que lhe são constitutivas ou mesmo apenas relativas a essa unidade. Em outras palavras, na ativação de um *frame* qualquer, a compreensão de um conceito é resultado da compreensão dos conceitos a ele relacionados, por se tratar de um sistema de categorias estruturadas de acordo com alguma motivação contextual e organizadas em um quadro particular de sentidos (FILLMORE, 1982, p. 119).

O acionamento de um *frame* possui regularidade entre os falantes porque mobiliza conceitos mais ou menos prototípicos, ao sofrer influência de aspectos sociais e culturais. Fillmore (1982) exemplifica essa questão ao apresentar a categoria “café de manhã”. Entende-se por café da manhã – em uma cultura ocidental como a nossa – a primeira refeição depois de acordar, considerando um grupo ideal de três refeições ao dia. Desse modo, não parece ser um critério indispensável um horário específico do primeiro período do dia para caracterizar esse conceito, pois a pessoa pode acordar às três da tarde e definir sua refeição como “café da manhã”. Portanto, o que faz o “café da manhã” ser considerado como é não está em suas características intrínsecas, mas sim na maneira como uma comunidade de falantes o concebe – primeira refeição do dia.

No que diz respeito ao “encadeamento” e à “sequencialidade” da interpretação dos conceitos, Fillmore (1985, p.224) os exemplifica com o *frame* relacionado à estrutura conceitual de “dias da semana”, ou ainda, “final de semana”, pois, nesse caso, faz-se necessário considerar outros conceitos



relacionados. Para tanto, podemos recorrer à interpretação desse *frame* em, no mínimo, quatro níveis: (a) conhecer o círculo natural do sol; (b) compreender que quando um dia termina, outro inicia; (c) assumir que a semana possui sete dias; (d) compreender que a utilização desse círculo de dias provém também da cultura do “trabalho” e do “não-trabalho”.

Sampaio (2010, p. 43) descreve os *frames* como “[...] representações esquemáticas das estruturas conceptuais e dos padrões de crenças, práticas, intuições etc., que fornecem as bases de conhecimento comuns de uma dada comunidade de fala [...]”, definição que corrobora nossas hipóteses iniciais da possível influência da ativação de *frames* na desambiguação de sentenças relativas estruturalmente ambíguas. Além disso, a autora apresenta o conceito de EF (elemento de *frame*), uma proposta utilizada pela FrameNet<sup>5</sup> e teorizada por Fillmore, Johnson e Petruck (2003).

Os EF, de acordo com Sampaio (2010), podem ser divididos, primeiramente, em *centrais* e *não-centrais*. Um EF central é aquele que possui um componente conceitual indispensável ao *frame*. Já os EF não-centrais, como o nome sugere, são elementos relativos ao *frame*, mas, em alguma medida, estão menos atrelados à constituição do quadro conceitual.

Os EF não-centrais dividem-se entre periféricos e extra-temáticos. “Os elementos periféricos são aqueles que marcam noções como Tempo, Espaço, Modo, Grau, etc.” (SAMPAIO, 2010, p. 45), noções que funcionam como um fundo para o *frame* evocado. Os EF chamados extra-temáticos, por outro lado,

<sup>5</sup> A FrameNet, nas palavras de Sampaio (2010, p.43), “[...] é um projeto lexicográfico computacional, coordenado por Charles J. Fillmore e Collin F. Baker, [...] que identifica e descreve *frames* semânticos. Esse projeto [...] tem como produto final um site que possibilita uma pesquisa eletrônica baseada nesses *frames*.”



---

introduzem “[...] esquemas ou eventos adicionais, independentes ou distintos do evento principal [...]” (idem, p.46), mas também podem “[...] evocar um *frame* mais abrangente, no qual o evento descrito esteja inserido.” (ibidem). Além dessas características, é importante que se diga que os elementos extra-temáticos não dependem de um *frame* particular e podem estar relacionados à causa, ao resultado, à razão etc. Essas definições, que dizem respeito aos EF, serão muito úteis à frente, na construção das análises, quando relacionaremos os EF aos eventos evocados pelos *frames*.

Essas questões se relacionam a uma noção bastante conhecida na linguística cognitiva que diz respeito à conceitualização: “Toda unidade linguística evoca um *frame* semântico, que é em última instância a forma como conceitualizamos [...]” (LENZ, 2013, p.40), ou seja, a maneira de atribuímos sentidos às estruturas linguísticas passa, necessariamente, pela evocação dos *frames*.

Para exemplificar esse processo sociocognitivo de construção do significado, considere-se uma sequência de sentenças com os verbos *aprender*, *ensinar* e *lecionar*:

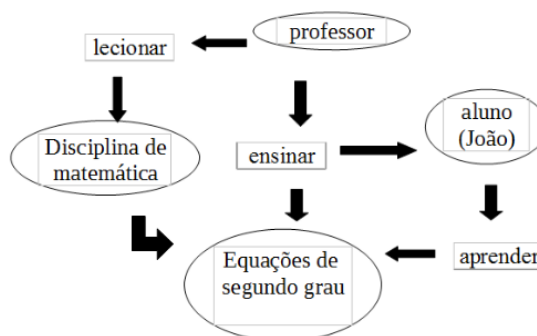
- (2) a. João *aprendeu* as equações de segundo grau (com seu professor).
- b. O professor *ensinou* as equações de segundo grau (a João).
- c. O professor aposentado não *leciona* mais (matemática) para a turma de João.

A sequência (2) potencialmente evoca um *frame* que poderíamos caracterizar como um EVENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM – o exemplo tratado por Fillmore (1982) é com outros verbos, que culminam no EVENTO COMERCIAL. Nesses termos, para a atividade de atribuição de significado a essas sentenças, a



partir da ativação de *frames*, é necessário que estejamos incluídos em uma sociedade na qual os atos de aprender e de ensinar aconteçam, muitas vezes, no ambiente escolar, na qual o conhecimento seja dividido em áreas do saber (como a matemática), e que, pelo menos, dois agentes participem desse processo (aluno e professor). Além disso, é interessante perceber as relações estabelecidas entre os participantes desse evento (professor, aluno, matemática e equações de segundo grau), demonstradas na Figura 1.

**Figura 1** – Relações entre os participantes do EVENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM



Quanto à interpretação, outra contribuição importante da SF diz respeito à ideia de polissemia. Fillmore (1982) a considera como um fenômeno resultante da evocação de diferentes *frames*. “Para muitos casos de polissemia, é possível dizer que um determinado item lexical se encaixa corretamente em qualquer um dos dois *frames* cognitivos diferentes.” (FILLMORE, 1982, p. 124)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Tradução livre, no original: “For many instances of polysemy it is possible to say that a given lexical item properly fits in two different cognitive frames” (FILLMORE, 1982, p. 124)



---

Um exemplo disso pode ser explicitado com o conceito de *letra*. Temos, no mínimo, dois *frames* acionados nesse caso: (i) em um contexto escolar e de alfabetização – *letra* pode ser a do alfabeto ou a caligrafia do aluno/professor; (ii) em um contexto musical, *letra* é parte escrita que compõe a canção. Ou seja, se um elemento linguístico estiver relacionado a significados que demandam a ativação de *frames* cognitivos distintos, o termo será considerado polissêmico.

Essas questões teóricas nos ajudam a compreender o processo interpretativo de um modo que engloba a atividade de avaliação semântica do falante contextualizada, ou seja, guiada tanto por pistas cognitivas quanto por especificações culturais que incidem sobre o julgamento das estruturas linguísticas. A seguir, vamos apresentar os tipos de sentenças cujos julgamentos consideramos na nossa análise e caracterizar essas construções como sentenças relativas estruturalmente ambíguas.

### 3 Os mecanismos de relativização e as sentenças relativas ambíguas

Podemos caracterizar uma relativa como uma sentença encaixada que estabelece relação de correferência com a sentença matriz, sendo que essa relação pode ser com o núcleo nominal preenchido, casos em que as sentenças encaixadas são chamadas *relativas com núcleo*, ou pode ser sem um núcleo dessa natureza, no caso das chamadas *relativas livres* (OLIVEIRA, 2008). Além disso, essas sentenças são introduzidas por pronomes relativos, ou ainda por uma preposição e um pronome relativo, e é ele que estabelece a correferência com a sentença matriz, no caso das relativas com núcleo.





---

Nesses termos, a sentença encaixada, exemplo (3a), é considerada uma relativa com núcleo nominal preenchido (relativa com núcleo), enquanto a sentença (3b) é exemplo de uma relativa livre.

- (3) a. Conheço o autor [que ganhou o Nobel de Literatura].  
b. Conheço [quem ganhou o Nobel de Literatura]<sup>7</sup>.

No caso de (3a), o núcleo nominal *autor* é retomado pelo pronome relativo *que*, estabelecendo uma relação de correferência entre a sentença matriz e a encaixada. Por outro lado, a sentença encaixada de (3b) não possui um núcleo nominal antecedente, o que impossibilita o estabelecimento desse tipo de relação. Tal impossibilidade, segundo Marchesan (2012, p.26), repercute em uma especificação do pronome relativo da sentença encaixada. Além disso, há um número reduzido de pronomes que podem introduzir relativas livres, sendo que esses pronomes sempre incorporarão alguns traços semânticos do que seria o núcleo nominal na relativa. Exemplos desses pronomes são: *quem, o que, quanto, quando, onde e como*.

Os processos de relativização das línguas naturais tiveram, e têm, na Gramática Gerativa (GG) grande importância. Como resultado, existem no mínimo dois modelos que devem ser considerados quanto à tentativa de entender e de descrever a relativização nas línguas, o Modelo Tradicional (*Standard Theory*) e o

---

<sup>7</sup> Como nosso *corpus* é composto exclusivamente por sentenças com núcleo, as discussões que seguirão terão por base esse tipo de sentença. No entanto, para uma visão aprofundada sobre as sentenças relativas livres, recomendamos a leitura da tese de doutoramento de Marchesan (2012).





---

modelo de Alçamento (*Raising Theory*)<sup>8</sup>. Em linhas gerais, o Modelo Tradicional tem como base os estudos de Ross (1967) e foi consolidado a partir dos estudos de Chomsky (1977), dos quais resulta a postulação da proposta de *wh-movement*. No que diz respeito ao Modelo de Alçamento, surgiu com os estudos de Brame (1968), mas graças ao grande sucesso da análise *wh-movement* foi praticamente esquecido até o início da década de [19]90 (KENEDY, 2002).

Os estudos sobre os mecanismos de relativização no português brasileiro têm na classificação proposta por Tarallo (1983) um eixo central, a partir do qual se busca compreender outros aspectos, como a tentativa de análise das relativas com núcleo a partir de um mesmo modelo sintático. Nesses termos, nomes como Kato (1993), Kato e Nunes (2007, 2014) e outros autores contemporâneos são muito importantes no estudo dos mecanismos de relativização e das sentenças relativas no PB.

No que diz respeito à classificação proposta por Tarallo (1983), o autor propõe que “[...] o sistema de relativização no PB consiste em três diferentes tipos e dois diferentes processos: um processo padrão de movimento, e um processo não-padrão de apagamento”<sup>9</sup> (TARALLO, 1983, p.48), sendo que o padrão de movimento é aplicável às relativas padrão e não-padrão cortadoras, enquanto o processo de apagamento é percebido nas sentenças não-padrão resumptivas, nas quais não há um movimento, mas sim um apagamento do sintagma que deveria se deslocar para a periferia esquerda da sentença.

---

<sup>8</sup> Não vamos nos deter na revisão desses modelos. Para isso, recomendamos a consulta a Kenedy (2002).

<sup>9</sup> Tradução livre, no original: “[...] the relativization system in BP consists of three different types and two different process: a standard movement process, and a non-standard deletion process.” (TARALLO, 1983, p.48).





---

Nesses termos, a classificação feita pelo autor pode ser descrita como: padrão, não-padrão resumptiva e não-padrão cortadora. A seguir discutimos alguns exemplos apresentados pelo próprio Tarallo (1983, p. 73-75) para demonstrar a classificação:

- (4) a. Mas ela tinha um primeiro namorado, [de que(m) ela gostava pra caramba].  
relativa padrão - *pied-piping*
- b. Mas ela tinha um primeiro namorado, [que ela gostava dele pra caramba].  
relativa não-padrão resumptiva - *resumptive pronouns*
- c. Mas ela tinha um primeiro namorado, [que ela gostava pra caramba].  
relativa não-padrão cortadora - *PP-chopping*

Essa classificação feita pelo autor tornou-se referência e, segundo Kenedy (2002), o estudo de Kato (1993), também basilar na abordagem do fenômeno, ajudou a configurar essa classificação como regular na literatura sobre os mecanismos de relativização no PB. No entanto, Kenedy propõe uma revisão dessa classificação tripartida e, para isso, busca contemplar o sintagma sobre o qual recai a relativização, dividindo as sentenças em dois grupos. Caso o DP seja o sintagma alvo, há a possibilidade de relativização pelas estratégias padrão e resumptiva<sup>10</sup>:

- (5) a. relativa padrão DP  
Ele é o homem [que eu vi Ø]
- b. relativa resumptiva DP  
Ele é o homem<sub>i</sub> [que eu vi ele<sub>i</sub>]

---

<sup>10</sup> Os exemplos contidos em (5) e (6) foram adaptados dos propostos por Kenedy (2002).





Por outro lado, se o alvo é um PP, as estratégias podem ser a padrão (*pied-piping*), resumptiva e cortadora.

(6) a. relativa padrão PP

Ele é o homem [com quem eu falei Ø]

b. relativa resumptiva PP

Ele é o homem<sub>i</sub> [que eu falei com ele<sub>i</sub>]

\*c. relativa cortadora

Ele é o homem [que eu falei com Ø]

Essa apresentação, em linhas gerais, indica o desenvolvimento dos estudos sobre relativização no PB. Agora vamos nos concentrar na caracterização das sentenças relativas com núcleo (doravante SRN) ou, como são chamadas por Ribeiro e Figueiredo (2009), *com cabeça*, que são centrais para nosso trabalho.

Como já mostramos, as relativas são sentenças encaixadas em uma sentença matriz, associadas a esta por uma relação de correferência. Vries (2002), citado por Marchesan (2012), define as SRN como sentenças encaixadas que estão ligadas à sentença matriz por meio do núcleo nominal, ou seja, “[...] o núcleo nominal é o constituinte semanticamente compartilhado pela sentença matriz e a sentença encaixada” (MARCHESAN, 2012, p.22). Em resumo, podemos pensar nas SRN como encaixadas que possuem um núcleo nominal antecedente.

(7) Esta tarde vi o *médico* da *menina* [que atende a domicílio].





---

Em (7) temos uma SRN estruturalmente ambígua, pois há, na sentença matriz, dois antecedentes “concorrentes” a núcleo nominal: [médico [da menina]] e [da menina]. A sentença relativa encaixada [que atende a domicílio], na estrutura em (7), tanto pode ser interpretada com o pronome relativo *que* correferente ao núcleo nominal *menina* quanto com esse pronome correferente ao núcleo nominal *médico*.

Tarallo (1983) aborda uma característica das SRN que diz respeito à necessidade de adjacência entre o núcleo nominal e a relativa, ou seja, não é possível que haja mais que uma preposição entre eles (salvo nos casos das relativas resumptivas PP, em que pode haver a presença de um *material interveniente*). A fim de facilitar as discussões, reduziremos a referência a um sintagma nominal do tipo [médico da menina] e trataremos apenas do núcleo [médico], mas isso não significa assumir que apenas [médico] seja relativizado pela encaixada, pois, se assim fosse, [da menina] seria um material interveniente entre o núcleo nominal e a relativa, o que, segundo a literatura sobre o tema, não é possível – com exceção das relativas resumptivas PP, que não analisaremos.

As sentenças que compõem nosso *corpus* são da mesma natureza da contida em (7), que também é parte dos dados de análise, como apresentaremos adiante. Portanto, nosso objeto de estudo é constituído de SRN que integram uma sentença matriz em um contexto sintático com dois núcleos nominais antecedentes potencialmente correferentes ao pronome relativo que encabeça a SRN, o que caracteriza a ambiguidade estrutural.



#### 4 O processamento de sentenças relativas complexas e ambíguas

Neste estudo, optamos por dividir as SRN ambíguas em dois grupos, longas e curtas. Para isso, seguimos o mesmo critério adotado por Lourenço-Gomes, Maia e Moraes (2005, p.133), que definem uma sentença relativa longa como aquela com duas ou mais palavras após o pronome relativo, enquanto as relativas curtas são aquelas terminadas com a sequência pronome relativo e verbo. A sentença complexa (8) ilustra um caso em que a encaixada é uma SRN longa e ambígua:

(8) Esta tarde vi a paciente do médico [que atende a domicílio].

NN1          NN2

Como já destacamos, a ambiguidade estrutural desse tipo de sentença decorre da dupla possibilidade de correferência do pronome relativo, já que o núcleo nominal (NN) *paciente* (NN1) e também o núcleo *médico* (NN2) podem ser retomados pelo pronome que encabeça a encaixada. Segundo a classificação de Lourenço-Gomes, Maia e Moraes (2005), trata-se de uma sentença relativa longa porque, depois do verbo da encaixada, há ainda um adjunto que indica, cumulativamente, local e modo de atendimento.

O processamento de sentenças dessa natureza é foco de investigação dos estudos de Cuetos e Mitchell (1988) e trabalhos posteriores. Ainda que nosso objetivo não seja o de problematizar aspectos específicos de processamento, a interpretação desse tipo de sentença é, grosso modo, uma questão de processamento linguístico, já que envolve percepção semântica e julgamento de



---

aceitabilidade. Os dados pesquisados por Cuetos e Mitchell (1988) incluíam sentenças como (9):

(9) a. Someone shot the mad of the actress who was on the balcony.

b. Alguien disparó contra la criada de la actriz que estaba en el balcón.

‘Alguém atirou contra a empregada da atriz que estava na varanda.’

O estudo de Cuetos e Mitchell (1988) era de caráter comparativo e buscava compreender se o processamento ocorreria da mesma forma nas diferentes línguas – nesse caso inglês e espanhol. Os resultados desse trabalho apontaram que os falantes de língua inglesa optavam, em sua maioria, por dizer que a atriz estava na varanda, antecedente mais baixo, enquanto os de língua espanhola preferiam o antecedente mais alto, ou seja, a empregada. Esse estudo teve considerável importância para o desenvolvimento de pesquisas subsequentes, como as que foram realizadas sobre o PB, especialmente por Ribeiro (2005) e Finger e Zimmer (2005), e sentenças como (9) ainda são consideradas canônicas quando o assunto é o processamento de sentenças ambíguas.

Ribeiro (2005) realizou um experimento constituído pelas sentenças testadas por Cuetos e Mitchell (1988), traduzidas para o PB pelo autor. O objetivo foi o de verificar a que língua o PB se assemelhava mais, se ao inglês ou ao espanhol, quanto à forma de processamento de sentenças relativas. Ribeiro (2005) chegou à conclusão de que no PB não havia uma prevalência de *late closure*, ou melhor, da interpretação que retoma o sintagma mais baixo (a atriz), e sim prevalência de interpretação do pronome relativo em correferência ao núcleo nominal do sintagma mais alto (a empregada), *early closure*. Esses resultados



---

indicaram que o processamento dessas sentenças em PB está mais próximo do encontrado por Cuetos e Mitchell (1988) para o espanhol.

Já Finger e Zimmer (2005) realizaram um experimento para verificar se o tamanho da sentença e a prosódia implícita influenciariam em seu processamento. As autoras verificaram existir uma preferência por estabelecer correferência entre o pronome relativo e o núcleo nominal do SN1 (a empregada, em (9)) em sentenças mais longas, enquanto nas curtas, essa preferência é voltada para o núcleo nominal do SN2 (a atriz, em (9)). Além disso, Finger e Zimmer (2005) confirmaram a necessidade de se considerar a prosódia implícita para a investigação do modo de processamento dessas sentenças.

É importante assinalar que esses estudos se baseiam também nas considerações feitas por Frazier (1979) e Frazier e Rayner (1982), que resultaram na postulação da chamada Teoria de *Garden Path*, traduzida por Dillinger, em 1992, como “teoria do jardim” ou, metaforicamente, como “teoria do labirinto”. A Teoria de *Garden Path* compara a sentença a um verdadeiro labirinto: o falante, ao interpretá-la, caminha por esse labirinto, que é constituído por bifurcações (as possibilidades de antecedentes correferenciais, no caso das sentenças relativas ambíguas) e, ao escolher uma das entradas e não ter suas expectativas “realizadas”, o falante seria levado de volta ao jardim ou labirinto.

As sentenças relativas ambíguas cujos julgamentos de interpretação vamos estudar foram apresentadas para os participantes no QJ de maneira a fazer com que eles entrassem por um *garden path*. Para tanto, foram construídas com base na sentença canônica de Cuetos e Mitchell (1988): dois antecedentes candidatos a ocupar a posição de sujeito da segunda sentença – um núcleo de SN1 e outro de SN2; um pronome *wh* – *que*; um verbo de ação na segunda sentença; e um adjunto





---

nas sentenças longas. Dessa forma, foram elaboradas sentenças longas e também curtas, todas ambíguas em sua estrutura.

## 5 Teste de interpretação de SRN ambíguas

Os julgamentos de interpretação de SRN ambíguas discutidos neste estudo foram coletados por Dionizio et al. (2016). As autoras aplicaram um questionário constituído de vinte e duas sentenças relativas, divididas em longas e curtas, conforme o critério de Lourenço-Gomes, Maia e Moraes (2005), que já apresentamos. Dos dados testados, quinze eram sentenças-alvo – complexas e ambíguas – e outras sete – não-ambíguas – foram utilizadas como sentenças-distratoras.

As quinze sentenças-alvo do QJ foram construídas de modo que pudessem ser analisadas individualmente ou em pares comparativos. A seguir, apresentamos dois exemplos de sentenças-alvo ((10a-b)), analisadas como um par e, em seguida, um exemplo de sentença-distratora ((11)).

(10) a. Amanda acenou para o povo do padre [que rezava].

b. Matheus acenou para o povo do padre [que rezava fervorosamente na igreja].

(11) Sebastião ligou para Joana [que estava no trabalho]. (sentença-distratora)

As sentenças foram testadas por Dionizio et al. (2016) por meio de um questionário *online*, a partir da plataforma *google.docs*, e foram aplicadas no período de novembro a dezembro de 2015. Na organização dos dados, uma





sentença-distratora era interposta a cada duas sentenças-alvo. Os participantes<sup>11</sup> foram orientados a ler as sentenças e, logo em seguida, a responder perguntas direcionadas. No caso das sentenças em (10), a pergunta que as seguia era: “Quem rezava?”. Os participantes tinham acesso, em seguida, a um campo de texto no qual deveriam registrar a resposta.

Apenas uma parte dos dados coletados por Dionizio et al. (2016) será utilizada em nossa análise. Esse recorte, apresentado na Tabela 1, será de seis sentenças e seus resultados quanto ao julgamento de interpretação.

**Tabela 1** - Julgamentos de interpretação coletados via QJ

Oração	SN1 (%)	SN2 (%)	Outros (%)
Esta tarde vi o médico da menina que atende a domicílio.	75.61%	24.39%	-
Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio às terças e quartas.	6.09%	93.9%	-
Conversamos com o professor do aluno que ensina muito bem.	70.73%	29.26%	-
Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem.	17.07%	82.93%	-
Saulo acenou para o padre do povo que rezava.	29.27%	70.73%	
Matheus acenou para o povo do padre que rezava fervorosamente na igreja.	42.7%	54.9%	2.4

Fonte: Dionizio et al. (2016).

<sup>11</sup> Participaram do estudo oitenta e dois falantes nativos de PB, dos quais cinquenta possuíam ensino médio concluído e trinta e dois possuíam ensino superior completo. Os participantes foram convidados para a pesquisa por via eletrônica e as idades ficaram compreendidas entre dezoito e cinquenta e cinco anos.





---

O recorte de sentenças acima foi definido de acordo com o percentual de julgamento de interpretação. Consideramos, para nossa análise, os resultados em que a preferência por um dos dois antecedentes admissíveis ultrapassou 70%. Os casos de maior percentual foram isolados porque, como dissemos, neste estudo, consideramos ser possível estabelecer uma relação entre o processo de (não)identificação de ambiguidade em sentenças relativas estruturalmente ambíguas e a ativação de *frames* pelos falantes, além disso, o grau de ambiguidade parece diminuir à medida que o grau de informatividade da sentença aumenta, conforme argumentaremos a seguir.

## 6 Ativação de *frames* e interpretação de SRN ambíguas

Ao analisarmos os pares de sentenças, buscaremos primeiramente evidenciar a ambiguidade estrutural presente, lançando mão de um teste linguístico, o teste de interrogação. Serão realizadas duas interrogativas, uma com foco no verbo da sentença matriz e outra com foco no verbo da relativa encaixada. A primeira interrogativa terá como resposta o mesmo SN, independente de qual interpretação esteja sendo focalizada. A segunda interrogativa vai gerar como resposta um SN próprio para cada interpretação, confirmando a ambiguidade – o que indica que essa ambiguidade é disparada pela estrutura da relativa, não na matriz.

Após o teste de interrogativas, cada par analisado será seguido de uma descrição de enquadramento de *frame*, com o propósito de reconstruir o percurso interpretativo guiado pela ativação de *frames*, e de um quadro, apresentando as duas possibilidades de interpretação de cada sentença complexa e também os percentuais de escolha de antecedente em cada caso. Nesse quadro, ainda,





paráfrases funcionam como mais um teste de desambiguação e precisão semântica. Vejamos como essa análise se aplica no caso de (12).

(12) a. Esta tarde vi o médico da menina [que atende a domicílio].

a'. [Quem foi que eu vi esta tarde?] [O médico da menina.]/ [Quem atende a domicílio?] [ O médico da menina.]

a". [Quem foi que eu vi esta tarde?] [O médico da menina.]/ [Quem atende a domicílio? ] [A menina.]

b. Esta tarde vi a paciente do médico [que atende a domicílio às terças e quartas].

b'. [Quem foi que eu vi esta tarde?] [A paciente do médico.]/ [Quem atende a domicílio às terças e quartas?] [A paciente do médico.]

b". [Quem foi que eu vi esta tarde?] [A paciente do médico.]/ [Quem atende a domicílio às terças e quartas?] [O médico.]

Para a representação do *frame*, optamos por utilizar categorias mais amplas, com o objetivo de enquadrar os participantes conforme a interpretação. As categorias são: quem atende, quem é atendido e a circunstância do evento. A categoria “quem atende”, graças à ambiguidade estrutural da sentença, pode acionar os antecedentes *médico* ou *menina/paciente*. No entanto, defendemos que nem sempre essas possibilidades foram consideradas pelos participantes, uma vez que, graças ao processo de conceptualização, essa categoria preferencialmente seleciona *médico* (profissional) em detrimento dos outros antecedentes – *paciente* e *menina*.



Além disso, segundo diferenciação descrita por Sampaio (2010), os elementos de *frame*, ou EF, podem ser centrais e não-centrais, sendo que estes ainda se subdividem em periféricos e extra-temáticos. Tal divisão se relaciona, em certa medida, com nossas categorias, pois a categoria *circunstância* pode ser entendida também como um elemento de *frame* de ordem periférica, já que corresponde a lugar, modo ou tempo. Por outro lado, o verbo *atender* presente na sentença encaixada pode ser considerado como um elemento central, pois é a partir dele que a adequação a *frames* específicos é possível, considerados os tipos de antecedentes.

A seguir apresentamos o Quadro 1, no qual compactamos as quatro possibilidades interpretativas resultantes desse par, além da média final obtida para cada antecedente. As interpretações contidas no quadro, como antecipamos, são também paráfrases que servem como um segundo teste para evidenciar que essas sentenças são estruturalmente ambíguas.

**Quadro 1** – Paráfrases interpretativas e percentuais de escolha pelos antecedentes no par de sentenças (12)

	Interpretação	Médico (%)	Menina (%)	Paciente (%)
Sentença A	(i) a pessoa que atende a domicílio e que eu vi esta tarde foi o médico da menina;	75.61%	24.39%	-
	(ii) a pessoa que eu vi esta tarde foi o médico da menina e ela atende a domicílio			
Sentença b	(iii) a pessoa que eu vi esta tarde e que atende a domicílio às terças e quartas foi a paciente do médico;	93.9%	-	6.09%
	(iv) a pessoa que eu vi esta tarde foi a paciente cujo médico atende a domicílio às terças e quartas.			



---

Se voltarmos aos valores relativos aos julgamentos de preferência dos participantes para essas sentenças, perceberemos que houve uma expressiva inclinação ao antecedente *médico* nos dois casos: 75.61% para a sentença (a) e 93.9% para a sentença (b). Acreditamos que isso decorre do fato de que, comparativamente, *médico* é mais prototípico para esse tipo de evento, já que, segundo Fillmore (1982), um termo só poderá ser interpretado a partir das categorizações que envolvem o processo interpretativo e que são motivadas por determinadas situações experienciadas por aquele que interpreta (FILLMORE, 1982, p.112).

Dados os modos de conceptualização e categorização de que o falante lança mão no momento de interpretar sentenças como as que compõem o par (12), os resultados significativos de preferência pelo antecedente *médico* parecem ser um reflexo disso, já que, como dissemos, *médico* é mais prototípico que *menina* e *paciente* no que se refere a uma posição de “aquele que atende”. É comum que em nossa sociedade ocorra o oferecimento de atendimentos domiciliares, inclusive atendimento domiciliar por profissionais da saúde, como é o caso de *médico*. Dessa forma, é possível que um antecedente como *enfermeira* concorresse significativamente com *médico*, pois a conceptualização nesse caso permite uma aproximação desses antecedentes, uma vez que a função-social de ambos se assemelha.

No que se refere aos antecedentes *menina* e *paciente*, os percentuais também são dignos de análises: no caso de *menina*, a preferência corresponde a 24.39%, enquanto no de *paciente*, 6.09%. Tal diminuição pode estar associada ao fato de que, em um *frame* que corresponde a um evento de *atendimento*, a presença do antecedente *médico* deve ter evocado um tipo de atendimento mais específico:



atendimento de saúde, o que justifica, inclusive, sua massiva preferência. Diante disso, *paciente* não é prototipicamente categorizado como “quem atende”, mas sim como “quem é atendido”.

O mesmo passa com *menina*, só que em intensidade mais amena, porque *menina* é um termo mais geral que *paciente* e, no caso deste, a função-social que é categorizada já está especificada como quem recebe atendimento. Dito de outra forma, no caso de *menina*, a conceptualização não especifica uma função-social, o que repercute na possibilidade de interpretá-la também como uma profissional que oferece seus serviços a domicílio, como acontece no setor estético, por exemplo. Como consequência, é possível que os resultados interpretativos fossem diferentes se tivéssemos um antecedente como *manicure*, uma vez que, nesse caso, há uma especificação de função-social que permite enquadrá-lo na categorização de “quem atende”, pois se trata de uma profissional que oferece serviços também a domicílio. Diante disso, acreditamos que a ambiguidade poderia ser mais facilmente identificada com *médico* e *manicure*, já que ambos têm sua função-social especificada a partir de uma categoria bastante aproximada.

No entanto, os resultados tão expressivos em favor de *médico* evidenciam a possibilidade de que o *frame* evocado a partir desse par de sentenças seja, de fato, um *frame* de evento de atendimento de saúde e, por isso, esteja impactando mais que a possibilidade de diferentes leituras da estrutura sintática, o que permite questionar se são de fato sentenças ambíguas no que se refere à semântica e ao campo interpretativo. Situação similar a essa pode ser identificada em (13).

(13) a. Conversamos com o professor do aluno [que ensina muito bem].



a'. [Com quem conversamos?] [Com o professor do aluno.]/ [Quem ensina muito bem?] [O professor do aluno.]

a". [Com quem conversamos?] [Com o professor do aluno.]/ [Quem ensina muito bem?] [O aluno.]

b. Conversamos com o filho do professor [que ensina muito bem].

b'. [Com quem conversamos?] [Com o filho do professor.]/ [Quem ensina muito bem?] [O filho do professor.]

b". [Com quem conversamos?] [Com o filho do professor.]/ [Quem ensina muito bem?] [O professor.]

Para cada sentença há duas possibilidades de interpretação, como ocorreu no caso analisado anteriormente. A seguir apresentamos o Quadro 2 que compacta as diferentes interpretações possíveis para a sentença, que servem também como teste de ambiguidade, bem como os percentuais de preferência em relação a cada antecedente nas duas sentenças.

**Quadro 2** – Paráfrases interpretativas e percentuais de escolha pelos antecedentes no par de sentenças (13)

	Interpretação	<i>Professor</i> (%)	<i>Aluno</i> (%)	<i>Filho</i> (%)
Sentença a A	(i) a pessoa com quem conversamos e que ensina muito bem é o professor do aluno;	70.73%	29.26%	-
	(ii) a pessoa com que conversamos é o professor cujo aluno ensina muito bem;			
Sentença a b	(iii) a pessoa com quem conversamos e que ensina muito bem é o filho do professor;	82.93%	-	17.07%
	(iv) a pessoa com quem conversamos é o filho cujo pai é professor e ensina muito bem.			







---

As duas sentenças que compõem o par (13) tiveram uma preferência regular pelo antecedente *professor*, correspondendo a porcentagens de 70.73% no primeiro caso e 82.93% no segundo. Por outro lado, é interessante observar que há uma “elevação” de (a) para (b) e, se observarmos os “concorrentes” do antecedente *professor*, encontraremos uma possível justificativa para essa diferença: *filho*, segunda sentença, parece ser menos prototípico do que *aluno* em uma sequência com o verbo *ensinar*, que nesse caso possibilita a evocação de um *frame* específico de ensino formal, do qual *professor* e *aluno* são participantes regulares, sendo o primeiro normalmente categorizado como “quem ensina” e o segundo como “quem recebe o ensinamento”.

No que diz respeito à interpretação global da sentença, Fillmore (1982, p.122) defende que esta não nos dá todas as informações de forma direta e, por isso, é necessário que computemos algumas das construções pertencentes à sua estrutura para chegarmos ao “sucesso” interpretativo, utilizando para isso o próprio inventário de que dispomos para que possamos construir as relações entre os referentes expressos na sentença. No entanto, como pondera o autor, isso não é tão simples, pois inclui um processo complexo e motivado a partir de toda palavra nele enquadrada.

Dessa forma, a interpretação comparativa dos itens lexicais *aluno* e *filho* pode ter resultado na diferença quantitativa que já mencionamos, pois o falante, ao se deparar com as duas sentenças, ainda que sem relacioná-las diretamente, possivelmente ativou *frames* intermediários em cada uma – considerando a necessidade de compreender todos os *frames* relacionados ao central e a sua sequencialidade, uma vez que, segundo Fillmore (1982), a compreensão de um *frame* dá-se a partir da compreensão dos outros *frames* a ele associados – além da





sentença de forma global. Ao fazer isso, é possível que tenha percebido a diferença entre dizer que “o aluno do professor ensina muito bem” e “o filho do professor ensina muito bem”.

Por outro lado, a preferência majoritária e expressiva por *professor* em lugar de *aluno* e *filho* nos dois casos deve ser analisada de forma mais específica, pois é esse tipo de preferência que nos faz acreditar que, mesmo com a estrutura sintática ambígua, essas sentenças não foram julgadas assim pelos informantes. O verbo *ensinar* pode ser utilizado em muitas ocasiões, incluindo o ensino formal e o informal. No entanto, a presença do antecedente *professor* possivelmente induziu o falante a uma interpretação para o cenário formal, no qual é difundida culturalmente a ideia de que o *professor* é aquele que ensina, conforme mencionamos.

Ou seja, defendemos que houve uma ativação (nas palavras de Fillmore, evocação) de um *frame* a partir do antecedente *professor*, pois “Um *frame* é evocado no texto se alguma forma linguística ou padrão é convencionalmente associada ao *frame* em questão<sup>12</sup>” (FILLMORE, 1985, p. 232). Diante disso, reiteramos a importância de se analisar o processo interpretativo dessas sentenças sob o olhar semântico, pois a ambiguidade estrutural parece não se manter quando há a evocação de um *frame* por uma forma linguística.

Outro ponto que deve ser observado trata-se do que Fillmore (1982, p.129) chama de “*frames* para avaliar”<sup>13</sup>, ou seja, de *frames* que se relacionam à atribuição de valor. No caso das sentenças analisadas, há a presença de um adjunto adverbial de modo [muito bem] que intensifica e caracteriza o verbo *ensinar*. Além disso, os

<sup>12</sup> Tradução livre, no original: “A frame is evoked by the text if some linguistic form or pattern is conventionally associated with the frame in question” (FILLMORE, 1985, p. 232).

<sup>13</sup> Tradução livre, no original: “Frame for evaluation” (FILLMORE, 1982, p. 129).





processos de conceptualização e de categorização repercutem também na especificação da função-social do antecedente *professor* que, graças a sua atividade profissional, pode, e o é muitas vezes, avaliado por isso. Dessa forma, a atribuição da atividade profissional de um antecedente *professor* é mais prototípica do que a atribuição dessa atividade com antecedentes *filho* e *aluno*, uma vez que soa inovador e menos prototípico uma expressão como “o filho que ensina muito bem”. O mesmo acontece com o *aluno*, uma vez que, graças aos processos de categorização, sua função-social se relaciona com receber instrução, ensinamentos, assistir a aulas etc.

O último par de sentenças que analisaremos se difere dos dois anteriores porque não houve uma prevalência de um dos antecedentes nas duas sentenças.

(14) a. Saulo acenou para o padre do povo [que rezava].

a'. [Para quem Saulo acenou?] [Para o padre do povo.]/ [Quem rezava?] [O padre do povo.]

a". [Para quem Saulo acenou?/] [Para o padre do povo.]/[Quem reza?] [O povo.]

b. Matheus acenou para o povo do padre [que rezava fervorosamente na igreja].

b'. [Para quem Matheus acenou?] [Para o povo do padre.]/ [Quem rezava fervorosamente na igreja?] [O povo do padre.]

b". [Para quem Matheus acenou?] [Para o povo do padre.]/ [Quem rezava fervorosamente na igreja?] [O padre.]



**Quadro 3** – Paráfrases interpretativas e percentuais de escolha pelos antecedentes no par de sentenças (14)

	Interpretação	<i>Padre</i> (%)	<i>Povo</i> (%)	<i>Os dois</i> (%)
Sentenç a	(i) a pessoa para quem Saulo acenou e que rezava era o padre do povo;	29.27 %	70.73%	-
A	(ii) a pessoa para quem Saulo acenou era o padre cujo povo rezava;			
Sentenç a b	(iii) as pessoas para as quais Matheus acenou e que rezavam fervorosamente na igreja eram o povo do padre;	54.9%	42.7%	2.4%
	(iv) as pessoas para as quais Matheus acenou eram o povo cujo padre rezava fervorosamente na igreja.			

No caso desse par de sentenças, há uma alternância na preferência do antecedente: na sentença (a), 70.73% dos participantes optaram pelo antecedente *povo*, enquanto na sentença (b), a preferência correspondeu a 54.9% pelo antecedente *padre*. Tal situação, aliada à presença de 2.4% de respostas que fugiram do esperado – “os dois” – demonstra que esse par de sentenças pode ser considerado o mais ambíguo de todo o recorte de análise.

De maneira geral, essa situação também pode ser explicada sob a luz da SF, pois, como postula Fillmore (1985), existem certas palavras que são estruturadas a partir de um enquadramento unificado do conhecimento, ou mesmo de uma categorização coerente da experiência. Dito de outra forma, no caso dos antecedentes *povo* e *padre*, dado o *frame* evocado e os processos de conceptualização, os dois parecem ser enquadrados nesse contexto linguístico, o que justifica a alternância na escolha.



---

Além disso, o autor chama a atenção para a importância da atribuição de significado por parte do interpretante, pois “Um *frame* é evocado quando o interpretante, na tentativa de atribuir sentido a um segmento do texto, é capaz de atribuir uma interpretação da situação e seu conteúdo a partir de um padrão que é conhecido independente do texto”<sup>14</sup> (FILLMORE, 1985, p.232). No caso desse par de sentenças, a ideia de religiosidade é expressa pela forma linguística *rezar*. No entanto, é necessário que o interpretante utilize um conhecimento que está além do texto para que as sentenças correspondam a um ou mais sentidos.

Em (14), por exemplo, a ideia de “povo de deus”, ainda muito difundida por certas religiões cristãs, pode ter sido acionada pelos participantes, o que explica a efetiva escolha pelos dois antecedentes nesse par de sentenças. Além disso, os dois antecedentes podem ter sido reconhecidos como prototípicos para esse *frame*, como já mencionamos; ou seja, a função-social expressada pelos dois antecedentes nesse par se assemelha: tanto o *padre*, condutor religioso da assembleia, quanto a própria assembleia religiosa, nesse caso expressada pela forma linguística *povo*, podem rezar, ou ainda, rezar fervorosamente na igreja.

Outro fator que nos leva a considerar esse par como o mais ambíguo do *corpus* é o fato de que alguns participantes responderam diferentemente das hipóteses iniciais, uma vez que não optaram nem por *padre*, nem por *povo*, mas pelos *dois*, e essa resposta, correspondendo a 2,4%, representa no processo de conceptualização um “encaixe” na mesma categoria.

Por fim, outra diferença que deve ser pontuada refere-se ao verbo *rezar*, que não seleciona obrigatoriamente um argumento interno, enquanto *atender e ensinar*

---

<sup>14</sup> Tradução livre, no original “A frame is invoked by the interpreter, in trying to make a sense of the text segment, is able to assign it an interpretation by situating its content in a pattern that is known independently of the text.” (FILLMORE, 1985, p. 232)





---

selecionam: quem atende, atende a alguém e quem ensina, ensina a alguém. Nesse processo de conceptualização, a diferença é crucial: com *atender* e *ensinar*, os dois antecedentes “concorrem” à posição em categorias diferentes (“quem ensina” e “quem é ensinado” ou “quem atende” e “quem é atendido”) o que não acontece com *rezar*, pois a categoria é uma só, “quem/aquele que reza”.

## 7 Representação escalar dos julgamentos de ambiguidade

Consideradas as análises dos pares de sentenças (12), (13) e (14), chegamos à identificação dos graus de ambiguidade estabelecidos comparativamente, e consideramos relevante explicitar suas diferenças de interpretação a partir da construção de escalas. Inicialmente, buscaremos apresentar escalas intermediárias, ou seja, uma escala comparativa para cada par de sentenças. Na sequência, compactaremos uma escala geral, que engloba todas as seis sentenças dos três pares.

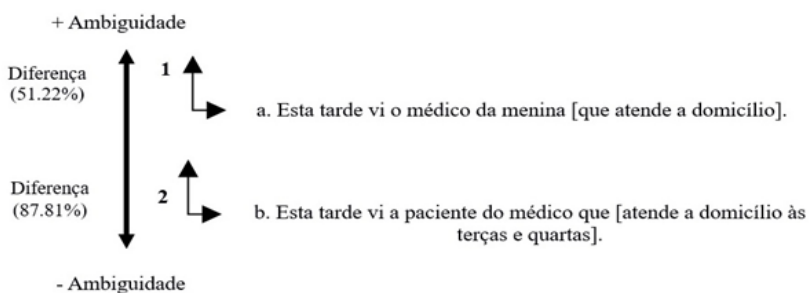
Para a construção de nossas escalas, utilizaremos os dados de julgamento das sentenças, considerando a diferença entre os percentuais de preferência por determinado antecedente. Por exemplo, a sentença (12a) apresenta os percentuais de 75.61% para *médico* e 24.39% para *menina*, e a diferença entre esses dois percentuais (75.61%-24.39%) corresponde a 51.22%. Consideraremos que quanto maior for essa diferença menos ambígua será a sentença, uma vez que apresenta indicação de resposta maior de um dos antecedentes em relação ao outro.

A seguir, apresentamos a Figura 2, que sintetiza as diferenças calculadas para as duas sentenças e pontua sua colocação dentro da escala, considerando para



isso dois extremos de um eixo, que variam do que estamos chamando de +Ambiguidade para –Ambiguidade.

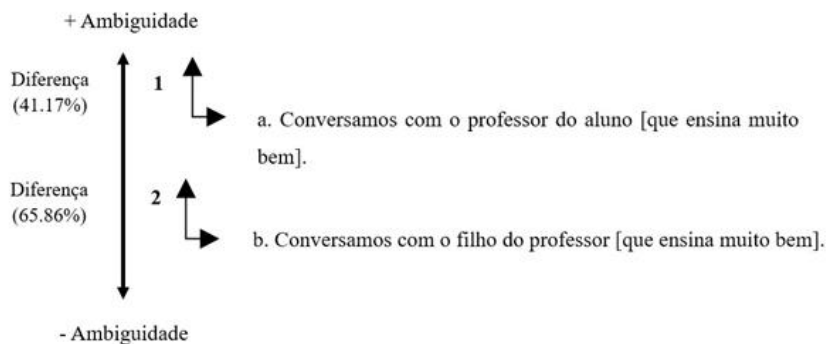
**Figura 2** – Escala de ambiguidade a partir do par de sentenças (12)



Essa primeira escala construída evidencia o que problematizamos anteriormente: a sentença (12b) caracteriza-se como a menos ambígua do par de sentenças por apresentar uma diferença significativa de preferência do antecedente *médico* em relação a *paciente*, correspondendo a 87.81%, resultante da operação de diminuição entre o percentual de preferência por *médico*, 93.9% e *paciente*, 6.09%.

A seguir apresentamos a Figura 3, com os dados do par de sentenças (13).

**Figura 3** – Escala de ambiguidade a partir do par de sentenças (13)

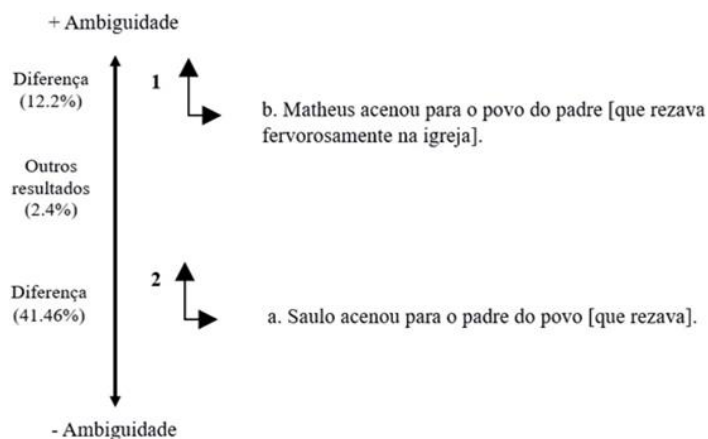




Na escala da Figura 3, o maior grau de ambiguidade se apresenta quando os antecedentes *professor* e *aluno* estão em “concorrência”. Tal situação pode ser entendida, como já dissemos, a partir do *frame* evocado que nesse caso não marca a função-social ocupada pelo antecedente *filho*, segunda sentença, o que o distancia ainda mais da função prototípica ocupada por *professor*.

Finalmente, encerramos essa primeira parte das escalas com o último par de sentenças que, como mencionamos durante as análises, consideramos o mais ambíguo de todo o *corpus*. É importante salientar que a variável “diferença” na sentença (14b) – mais ambígua – apresenta uma particularidade, pois incluiremos a porcentagem de falantes que não indicou apenas um antecedente, preferindo fornecer “os dois” como resposta. Esse resultado é, de fato, muito importante para que entendamos o grau de ambiguidade dessa sentença, conforme Figura 4.

**Figura 4** – Escala de ambiguidade a partir do par de sentenças (14)



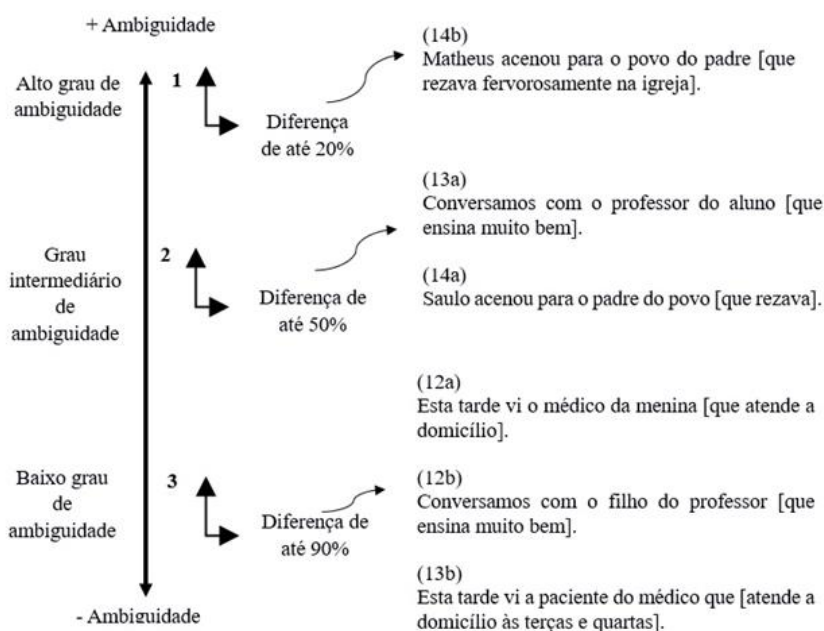




Neste par é que encontramos a sentença mais ambígua e, por isso, a que apresenta a menor diferença quantitativa percentual – 12.2%. Esse par também apresentou uma alternância na escolha dos atendentes, o que é forte indício para ser considerado o dado mais ambíguo, uma vez que, diante da sentença, participantes nem mesmo optaram por um dos antecedentes, alternando a escolha ou oferecendo uma interpretação diferenciada, como “os dois”.

A escala que segue (Figura 5) engloba todas as sentenças que compõem o *corpus*. Construimos nela três pontos gradativos de ambiguidade, considerando as diferenças percentuais observadas nas escalas anteriores. Dessa forma, os pontos que utilizaremos são: “Alto grau de ambiguidade”, que corresponde à diferença de até 20%; “Grau intermediário de ambiguidade”, até 50%; e “Baixo grau de ambiguidade”, até 90%.

**Figura 5** – Escala de ambiguidade a partir das seis sentenças que compõem o *corpus*.





De acordo com os julgamentos obtidos para essas SRN estruturalmente ambíguas, a escala da Figura 5 permite verificar que apenas uma sentença pode ser considerada como verdadeiramente ambígua, e que mais da metade das sentenças analisadas nesse *corpus* foram caracterizadas com baixo grau de ambiguidade segundo nossos critérios. Tais elementos, assim dispostos, corroboram nossa hipótese inicial de que, ainda que estruturalmente ambíguas, algumas sentenças não foram assim consideradas por falantes que podem ter recorrido à evocação de *frames* e aos processos de conceptualização e de categorização envolvidos na atividade interpretativa.

## 8 Considerações finais

Pelo estudo que fizemos, parece claro que a estrutura sintática ambígua das sentenças analisadas não foi suficiente para a identificação homogênea dessa ambiguidade pelos participantes. Consideramos, também, que essa (não)identificação de ambiguidade é consequência direta da evocação de *frames* motivada por formas linguísticas específicas ou por associações dos próprios falantes.

Além disso, parece-nos relevante salientar que a natureza dos verbos também pode ter influenciado nesse processo, uma vez que há casos em que o verbo seleciona dois argumentos, como *atender* e *ensinar*, e outros em que seleciona apenas um, como *rezar*. Diante disso, o processo de conceptualização é um pouco distinto, uma vez que, quando há necessidade de dois argumentos, os antecedentes podem ser alocados em categorias distintas, o que não acontece com o *rezar*, que seleciona apenas uma categoria para o participante único do evento e os



anteriores “concorrem” a ela, o que justifica, inclusive, o fato de a sentença mais ambígua ter sido formada com esse verbo.

Diante disso, parece razoável assumir que há interferência da ativação de *frames* específicos no processo interpretativo de sentenças estruturalmente ambíguas. Além disso, o julgamento de interpretação dessas sentenças revela mesmo um *continuum* de ambiguidade sintática, em que algumas sentenças possuem um baixo grau de ambiguidade, consequência dos processos de categorização e de conceptualização envolvidos na evocação dos *frames* que acarreta especificação semântica. Essa gradação está representada nas escalas comparativas que apresentamos.

## Referências

- BRAME, M. **A new analysis of the relative clause**: evidence for an interpretive theory. Cambridge: MIT Press, 1968.
- CHOMSKY, N. On wh-movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (orgs.) **Formal syntax**. New York: Academic Press, 1977.
- CUETOS, F.; MITCHELL, D.C. Cross Linguistic differences in parsing: Restrictions on the use of the Late Closure strategy in Spanish. **Cognition**, v.30, p.73-105, 1988.
- DILLINGER, M. Parsing sintático. **Boletim da ABRALIN**, v.13, p.30-42, 1992.
- DIONIZIO, A.R.; MARQUESAN, A.C.; GRAVINA, A.P. **Processamento de sentenças ambíguas no português brasileiro**. Chapecó: UFFS, 2016. 32 p. (Relatório científico).





FILLMORE, C. J. Frame semantics. In The Linguistic Society of Korea. (org)

**Linguistics in the morning calm.** Seoul: Hanshin, 1982.

\_\_\_\_\_. Frames and the semantics of understandig. **Quaderni di Semantica: Rivista Internazionale di semantica teorica e applicata**, v. 7, n. 2, 1985. p.222-254.

FILLMORE, C.; JOHNSON, C.; PETRUCK M. Background to Framenet.

**International Journal of Lexicography**, v. 16, n. 3. Oxford University Press, 2003.

FINGER, I.; ZIMMER, M.C. A preferência de interpretação de orações relativas curtas e longas no português brasileiro. In: MAIA, M.; FINGER, I. **Processamento da linguagem: Série Investigações em Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL.** Pelotas: Educat, 2005. p.111-129.

FRAZIER, L. **On comprehending sentences: Syntactic parsing strategies.** Tese de Doutorado. University of Connecticut (reproduzida por: Indiana University Linguistics Club), 1979.

FRAZIER, L.; RAYNER, K. Making and correcting errors during sentence comprehension: Eye movements in the analysis of structurally ambiguous sentences. **Cognitive Psychology**, v.14, p.178-210, 1982.

KENEDY, E. **Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising.** 2002. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Cap. 1.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 223-261.



KATO, M.A.; NUNES, J. **A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese.** Encontro do Projeto Temático. SP: USP, 2007.

\_\_\_\_\_. Uma análise unificada dos três tipos de restritiva do português brasileiro.

**Sociodialetto**, Campo Grande, p.575-590, maio 2014. Disponível em:

<<http://www.sociodialetto.com.br/edicoes/17/01062014015120.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

LENZ, P. Semântica Cognitiva. In: FERRAREZI JUNIOR, C.; BASSO, R. (Org.).

**Semântica, semânticas:** uma introdução. São Paulo: Contexto, 2013. p. 31-55.

LOURENÇO-GOMES, M. C.; MAIA, M.; MORAES, J. Prosódia implícita na

leitura silenciosa: um estudo das orações relativas estruturalmente ambíguas. In:

MAIA, M.; FINGER, I. **Processamento da linguagem:** Série Investigações em

Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL. Pelotas: Educat, 2005. p. 131-161.

MARCHESAN, A. C. **As relativas livres no português brasileiro.** 2012. 227 f.

Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Centro de Comunicação e Expressão,

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Cap. 1. Disponível

em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/100448/311584.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

OLIVEIRA, A. S. C. L. de. **As sentenças relativas em português brasileiro:**

aspectos sintáticos e fatos de aquisição. 2008. 188 f. Tese (Doutorado) - Curso de

Letras, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Cap. 1.

RIBEIRO, A. J. C. Late closure em parsgin no português do Brasil. In: MAIA, M.;

FINGER, I.. **Processamento da linguagem:** Série Investigações em



Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL. Pelotas: Educat, 2005. p. 51-69.

RIBEIRO, I.; FIGUEIREDO, C. Relativas. In: LOBO, T.; OLIVEIRA, K. (Org.). **África à vista**: dez estudos sobre o português escrito por africanos no Brasil do século XIX. Salvador: Edufba, 2009. p. 208-240. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/48/pdf/lobo-9788523208882-07.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

ROSS, J. **Constraints on variables in syntax**. Cambridge: MIT Press, 1967.

SAMPAIO, T. F. **A família de construções de argumento cindido no português do Brasil**. 2010. 152 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

TARALLO, F. **Relativization strategies in Brazilian Portuguese**. 1983. Tese (Doutorado), Universidade da Pensilvânia, Pensilvânia, 1983.